

Sistemas de comunicação na Amazônia

Communication systems in Amazon

Fábio Fonseca de Castro¹

RESUMO

Este artigo procura mapear os diversos sistemas de comunicação midiática presentes na região Norte do Brasil, bem como suas estratégias de atuação e reprodução social. Procura-se uma abordagem descritiva e comparativa desses sistemas, concluindo-a com uma interpretação sucinta, apoiada pela economia política da comunicação. O artigo desenha um mapa dos diversos subsistemas midiáticos presentes na região: os grupos de comunicação de grande expressão política e econômica, as empresas de médio porte, as redes religiosas de comunicação, as redes públicas, estatais e educativas, as organizações de radiodifusão comunitária e de comunicação popular e as empresas de comunicação de expressão política e econômica locais.

Palavras-chave: comunicação, Amazônia, sistema, mídia.

ABSTRACT

This article aims at mapping the different mediatic systems present in northern Brazil. It also seeks to comprehend its operational strategies in the social reproduction. We look for a descriptive and comparative approach to these systems, concluding that with a succinct interpretation, based in the political economy of communications. The article draws a map of the various sub-systems in Amazon: the big media groups; the midsized media groups; religious networks; public networks; government and educational media organizations; popular communication and small companies with local political and economic expression.

Key words: communication, Amazon, system, media.

Introdução

Este artigo procura mapear os diversos sistemas de comunicação midiática presentes na região Norte do Brasil, bem como suas estratégias de atuação e reprodução social. A descrição é feita com base em dados empíricos relacionados à estrutura, conexão, receita, cobertura e circulação de informação dos diversos grupos de comunicação estudados. A partir dela, elaboramos uma análise qualitativa do sistema, a qual possui uma dimensão comparativa, cujo objetivo é colocar os grupos numa dimensão de paralelismo, a fim de facilitar a posterior interpretação

e uma dimensão situacional, que procura posicionar os grupos em relação às características sociais, culturais, políticas e econômicas da sociedade amazônica em geral ou de seus espaços mesorregionais, em particular.

Tal não se faz sem um confronto da estrutura dos veículos de comunicação com os fenômenos conjunturais da história da região, pois as dinâmicas culturais de uma sociedade conformam-se conjuntamente e interpretativamente.

Comungamos com o estudo de Fadul e Rebouças (2005) a disposição de questionar o papel dos sistemas regionais de comunicação em relação ao reposicionamento constante dos atores sociais nacionais na comunicação-mundo contemporânea.

¹ Universidade Federal do Pará. Rua João Balbi, 138, Nazaré, 66.055-280, Belém, PA, Brasil. E-mail: fabio.fonsecadecastro@gmail.com

Esse trajeto possibilita um segundo objetivo, também presente no referido estudo, que é o de traçar um panorama o mais detalhado possível dos sistemas de comunicações na região Norte, fazendo um levantamento dos grupos e empresas de mídia da região.

A pesquisa iniciou com a identificação das outorgas de radiodifusão e das demais empresas, pública e privadas, de comunicação². Os dados empíricos acionados para a descrição do sistema partiram de duas fontes primárias: os registros de outorga da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações e o Sistema de Informação do Serviço de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Fontes secundárias foram consultadas na checagem dos dados: o site Donos da Mídia, que contém um registro crítico e atualizado do controle midiático no país; os sites do Instituto Verificador de Circulação (IVC), da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), da Associação Brasileira de Representantes de Veículos de Comunicação (ABRE), da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra) e da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Estatais (Abepec).

Na Integralização dos dados, também identificamos os diversos grupos de comunicação segundo sua natureza privada ou pública e suas estruturas de propriedade cruzada – ou seja, a atuação do grupo em diferentes áreas da comunicação, como por exemplo, jornalismo impresso, radiodifusão de imagem e som (televisão), radiodifusão de som (rádio), emissão por satélite e emissão por sinal pago (cabo ou ondas). Em relação aos grupos de natureza privada, procurou-se, ainda, compreender a dinâmica própria daqueles que possuem matiz religiosa; e, em relação aos de natureza pública, as especificidades dos que possuem uma natureza puramente estatal, dos que se articulam como emissora pública propriamente dita e dos que perfazem os sistemas de comunicação comunitária.

Um quadro geral do sistema de comunicação da Amazônia é resumido na Tabela 1. Nela, está indicada a quantidade de veículos de comunicação, segundo seu formato, por estado:

Trata-se, apenas, de um quadro referencial geral. Procuramos detalhá-lo, a seguir, agregando os diversos

veículos segundo seu papel no sistema. Para isso, dividimos em seis categorias:

- Os grupos de comunicação de grande expressão política e econômica;
- Os grupos médios de comunicação;
- As redes religiosas de comunicação na Amazônia;
- As redes públicas, estatais e educativas de comunicação na Amazônia;
- As organizações de radiodifusão comunitária e de comunicação popular – excetuando-se do grupo, no entanto, as rádios comunitárias exploradas por organizações religiosas;
- As empresas de comunicação de expressão política e econômica locais – caracterizadas por seu impacto moderado sobre sistemas mesorregionais e por sua ação preferencialmente municipal.

Os grupos de comunicação de grande expressão política e econômica

Há cinco grupos de comunicação amazônicos que se projetam regionalmente ou mesmo nacionalmente: dois no Pará, dois no Amazonas e um no Tocantins. Três deles têm em comum o fato de serem afiliados à Rede Globo de Comunicação e quatro possuem um jornal impresso com forte peso político em seus estados. Todos os cinco grupos, porém, possuem em comum dois elementos: uma estrutura de propriedade cruzada ampla e uma estrutura de telejornalismo própria. Todos eles também se articulam com os sistemas políticos estaduais.

No Pará, há dois grupos de expressão regional: as *Organizações Rômulo Maiorana* (ORM) e a *Rede Brasil Amazônia* (RBA). O primeiro deles iniciou com o jornal *O Liberal*, criado em 1945, como um veículo de propaganda do Partido Liberal, do caudilho Magalhães Barata. Na decadência do grupo, o comerciante Rômulo Maiorana, nascido em Pernambuco e estabelecido em Belém,

² O atual sistema brasileiro de outorga de concessões de radiodifusão vige desde 1997, quando os Decretos n° 1.720, de 1995 e n° 2.108, de 1996, alteraram o antigo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, criado em 1963. Esses decretos não alteraram a forma de outorga de concessões de radiodifusão educativa e para retransmissoras de televisão (RTV) não foram atingidas pelas mudanças, e seguiram sendo conferidas de acordo com critérios discricionários do Ministro das Comunicações. Em relação ao serviço de radiodifusão comunitária, ele é regulamentado pela Lei n° 9.612, de 1998.

Tabela 1. Quantidade de veículos por categoria e por estado.
Table 1. Number of vehicles by category and by state.

	PA	AM	AC	RO	AP	RR	TO
Rádios comunitárias (Radcoms) ³	37	28	3	20	5	3	12
Rádios em Ondas Médias (OMs) ⁴	32	24	11	20	5	5	13
Rádios em Frequência Modulada (FMs) ⁵	44	22	13	28	9	6	15
Rádios em Ondas Tropicais (OTs) ⁶	8	9	5	5	2	1	1
Rádios em Ondas Curtas (OCs) ⁷	0	2	0	0	0	0	0
Geradoras de televisão (TVs) ⁸	9	7	4	6	4	2	4
Retransmissoras de televisão (RTVs) ⁹	257	213	63	97	36	36	138
Serviços de transmissão de TV por cabo (TVCs) ¹⁰	2	1	1	2	1	0	5
Serviços de transmissão de TV paga por sinal (TVAs) ¹¹	2	1	0	0	0	0	0
Serviços de transmissão de TV por tecnologia DTH (DTHs) ¹²	0	1	0	0	0	0	0
Serviços de transmissão de TV por tecnologia MMDS (MMDSs) ¹³	1	1	0	1	0	1	0
Jornais impressos	8	8	3	11	2	2	5
Revistas impressas	4	1	0	0	0	0	0

Fonte: Plano Básico de Comunicação, Agência Nacional de Telecomunicações / Ministério das Comunicações.

adquiriu o veículo do empresário e engenheiro Ocyr Proença no ano de 1966¹⁴. A empresa foi modernizada com a aquisição de nova rotativa e com a profissionalização da equipe. Poucos anos depois, em 1972, deu um novo salto técnico ao adquirir o primeiro sistema de impressão *offset* da região, um dos primeiros do Brasil.

Já então liderava o mercado. Em 1969, comprara seu concorrente histórico, o tradicional *Folha do Norte* e o

condenara ao desaparecimento. Durante alguns anos ainda concorreu com o jornal dos *Diários Associados*, o também tradicional *A Província do Pará*, mas ao longo dos anos 1970 foi-se fixando como principal veículo de comunicação do Pará. Vieram em seguida as rádios *Liberal AM* e *Liberal FM*. A oportunidade de instalação de um canal de televisão surgiu por meio do edital 041-1973, concorrência vencida no ano seguinte e que permitiu a inauguração TV

³ As Radcoms, ou Rádios Comunitárias, operam em frequência modulada (FM), mas de baixa potência, alcançando um raio de cerca de 1 km da fonte geradora. O serviço foi criado pela Lei n. 9.612 de 19 de fevereiro de 1998.

⁴ OM, ou Ondas Médias, mais popularmente conhecida como AM (amplitude modulada), é um serviço de radiodifusão sonora de sinal extenso, mas com pouca qualidade técnica, por operar exclusivamente em sistema mono. É operado, no Brasil, desde a década de 1920, mas vem perdendo espaço, desde os anos 1980, para o FM, de qualidade técnica superior.

⁵ FM, ou Frequência Modulada, é um serviço de radiodifusão de som implantado no Brasil no início dos anos 1980. Possui boa qualidade de áudio estéreo e é de fácil operacionalidade.

⁶ OT, ou Ondas Tropicais, é um sistema de radiodifusão similar ao OM, mas que opera em frequência de 3.200 KHz a 5.060 KHz.

⁷ OC, ou Ondas Curtas, é também similar ao OM, mas opera em frequência de 5.950 KHz até 26.100 KHz.

⁸ As estações geradoras de sinal TV conformam um serviço de radiodifusão de sons e imagens, em VHF e UHF, por meio dos quais os concessionários e permissionários possuem total liberdade para a exploração comercial obedecidos os limites da lei.

⁹ RTV, ou retransmissora de TV, é um serviço de radiodifusão de sons e imagens, em VHF (Very High Frequency) e UHF (Ultra High Frequency), que amplia a área de cobertura de sinal, por parte de uma estação geradora.

¹⁰ TV a cabo é um serviço de distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio a assinantes, mediante transporte por meio físico (cabos).

¹¹ A TVA, ou TV por assinatura, distribui sons e imagens a assinantes por meio de um único canal UHF (Ultra High Frequency), e através de sinais codificados que são transportados por espectro radioelétrico, o mesmo utilizado pelos canais comuns de televisão.

¹² O DTH, ou Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite, distribui sinais de televisão, áudio, ou ambos, por meio de satélites, a assinantes localizados na área de prestação.

¹³ O MMDS, ou Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanais, utiliza faixas de micro-ondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro de uma área de prestação.

¹⁴ Com o golpe militar de 1964 o jornal *O Liberal* passou a apoiar o regime. Distante do grupo político remanescente de Magalhães Barata, morto em 1959, não tinha, quando de sua venda para Rômulo Maiorana, qualquer sustentabilidade econômica.

Liberal, já com o sinal da Globo – retirado da concorrente *TV Guajará*, do ex-prefeito de Belém Lopo de Castro, em 1976. O grupo pertence à família Maiorana, cujos indivíduos não ocupam cargos públicos, ainda que a sua dimensão como *player* político e econômico no Pará seja imensa, fazendo com que, ao longo dos últimos 40 anos, o apoio dos veículos do grupo tenha sido decisivo para a eleição e a governabilidade de prefeitos e governadores no estado¹⁵. Atualmente, também edita um segundo jornal, o *Amazônia*, tabloide de caráter popular.

A *RBA*, por sua vez, é de propriedade da família do ex-governador do estado, Jäder Barbalho. O carro-chefe do grupo é também um jornal, o *Diário do Pará*, igualmente publicado em Belém e que circula desde 1982, mas merece grande destaque a *Rádio Clube do Pará*, emissora OM mais antiga de toda a região Norte, fundada em 1927, vendida em 1983 ao grupo *Manchete*, de Adolpho Bloch e, em 1992, ao grupo *RBA*. Essa emissora recuperou a condição de líder de audiência, em todo o estado em 1996, mantendo-a até o presente.

A condição de disputa entre os dois grupos chega a ser estruturante da própria vida política estadual, sobretudo desde 2002, quando o jornal *O Liberal* começou a perder espaço comercial para o concorrente *Diário do Pará*. Com uma política agressiva de investimentos e marketing, o jornal de Jäder Barbalho ganhou espaço no mercado local e consequente expressão política, construindo uma situação polarizada de concorrência que, embora não gere qualidade de conteúdo, tem o efeito de criar agendas locais próprias.

São características da cena de comunicação paraense a polarização entre os dois grupos e sua atuação na cena política estadual. Um sintoma dessa atuação é o fato de que, contra a tendência mercadológica dominante, nenhum deles procurou estabelecer uma rede ampla de retransmissão de sinais de TV. O grupo *ORM*, para chegar ao interior do estado, usou de um artifício insólito que só é compreensível quando se entende a extensão da sua interdependência com o poder público

local: um convênio com a *Fundação de Telecomunicações do Pará*, ou seja, com a TV pública estadual, para utilizar o sinal e a estrutura pública de retransmissão a fim de reproduzir o sinal da *Rede Globo* no estado¹⁶. Essa situação é contrária à tendência de acumulação no mercado da comunicação midiática, caracterizada pela procura por uma robustez no corpo de retransmissão do sinal. Enquanto as *ORM* possuem 20 estações retransmissoras, as outras afiliadas da *Rede Globo* na Amazônia têm 184 (a *Rede Amazônica*, sediada em Manaus) e 66 (a *TV Anhaçuera*, das Organização Jaime Câmara, sediada em Palmas). A diferença é imensa, e muito mais significativa considerando-se o fato de o estado do Pará, o segundo do Brasil em extensão, possuir uma população diversa, com cenas políticas locais com variado grau de autonomia em relação às tendências dominantes da política na capital. O que explicaria isso? Somente uma tendência à exploração usurária do patrimônio público, a qual não pode ser compreendida senão num cenário de relações atávicas entre o mercado da mídia e a política. Fato que é comprovado quando se percebe que também o segundo grupo de comunicação do Pará, a *RBA*, não desenvolve, como seria natural, uma política de ampliação da sua capacidade retransmissora, pois possui apenas seis estações desse tipo, bem menos, inclusive, que outros grupos de comunicação paraenses medianos, como, por exemplo, a *Rede Floresta*, sediada em Tucuruí, que, sozinha, possui 16 retransmissoras.

No Amazonas, são dois, igualmente, os grupos de expressão regional. O primeiro deles é a *Rede Amazônica*, que possui cinco geradoras de TV, nas capitais do Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá, além de quatro FMs – no AM, AC, RO e AP – e uma OT, no interior do AM. O grupo também possui três empresas de TV paga, sendo duas em Manaus (com tecnologias TVA e DTH) e outra em Porto Velho (TVA), todas transmitindo a *Amazon SAT*, empresa também do grupo, sediada em Manaus.

A *Rede Amazônica* surgiu como agência de publicidade em 1968. No ano seguinte, ganhou a concessão para

¹⁵ Essa situação começou a ser mudada na eleição para o governo estadual de 2006, quando a governadora Ana Júlia Carepa, do PT, foi eleita sem apoio do grupo. Seu aliado político, o PMDB de Jäder Barbalho, permaneceu como aliado do governo durante parte do mandato, mas em geral sem apoiar o governo petista por meio do grupo *RBA*. Quando houve o rompimento entre PT e PMDB, já em 2009, o governo procurou o grupo *ORM*, com quem se associou para a disputa governamental de 2010. No entanto, o vitorioso foi o PSDB, apoiado pelo PMDB e, irrestivelmente, pelo grupo *RBA*.

¹⁶ Desde a criação da emissora pública paraense havia um contrato, com as *ORMs*, para utilização, mediante pagamento da empresa ao governo, do seu sinal e de algumas estruturas de retransmissão. No entanto, em 1997, durante o governo Amir Gabriel, do PSDB, esse contrato foi convertido em convênio e a situação foi invertida: passou a ser o governo que pagava pelo “serviço” de ceder seu sinal à empresa. Essa situação durou nove anos, período no qual estima-se que o estado do Pará transferiu cerca de R\$ 30 milhões às *ORM*. Em 2007, o convênio foi rompido.

explorar o segundo canal de TV de Manaus. O primeiro, a *TV Ajuricaba*, entrou no ar em 1967 e permaneceu em atividade até 1986. A empresa *Rádio TV do Amazonas Ltda.*, com seus três sócios, Phelippe Daou, Milton de Magalhães Cordeiro, Joaquim Margarido, o primeiro dos quais majoritário, foi criada em 1970, e o canal 5 entrou em funcionamento a 1º de setembro de 1972. No ano seguinte afiliou-se à Rede Bandeirantes. A partir de 1983, as emissoras de Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista e Macapá passaram a ser afiliadas da *Rede Globo*, e em 1986 o canal de Manaus também se juntou a essa rede.

A *Rede Amazônica* repete a *Globo* em cinco dos sete estados da região e, dessa maneira, também considerando-se a programação do *Amazonsat*, tem uma inserção regional que não é alcançada por nenhum outro grupo. O *Amazonsat* merece destaque por sua dimensão. Trata-se de um canal temático, focado na Amazônia. Sua origem está no programa de satélite *Brasilsat*, implantado pela Embratel em 1985, que tinha como um de seus fundamentos mitigar o isolamento da Amazônia em relação ao restante do Brasil. Com essa filosofia, foi concedido um *transponder*, ou seja, um canal, do novo satélite, à *Rede Amazônica*, que passou a transmitir seus programas, simultaneamente, para todas as emissoras do grupo. O acordo para a seção do *transponder* tinha duas condições: que a *Rede Amazônica* produzisse um total de três horas e meia de programação diária e que a programação da *Rede Globo* recebida na região deixasse de ter os *fares* – tela preta – dos intervalos comerciais. O acordo foi cumprido e a geradora de Manaus conseguiu produzir essa programação de cores regionais, centrada no jornalismo.

Com a programação unificada, foi possível a transmissão centralizada em Manaus, numa experiência que durou até 2010, quando passou a vigor o processo contrário, de estadualização dos sinais. Na verdade, desde o final dos anos 1990 havia a reivindicação pela produção local de conteúdos informativos e desenvolvia-se um processo de constituição dos departamentos de jornalismo das afiliadas de cada estado em que a *Rede Amazônica* tinha uma geradora. Não usando mais o satélite para a transmissão unificada, passou a usá-lo como um novo veículo de comunicação, com programação própria. O canal atinge, hoje, cerca de 4,9 milhões de km², o equivalente a 60% do território nacional e alcança 12% da população do país, cerca de 16,5 milhões de habitantes.

O outro grupo amazonense de expressão é a *Rede Calderaro de Comunicação*, também conhecida como *A Crítica*. O grupo foi fundado em 1949 pelo jornalista Umberto Calderaro Filho, falecido em 1995. O jornal foi criado em 1949, mas passou à condição de veículo de

comunicação dominante, da cena estadual, com o golpe de 1964. O grupo edita, hoje, três jornais: *A Crítica*; o *Jornal do Comércio*, dedicado à economia e o tabloide *Manaus Hoje*. Também possui dois canais de TV em Manaus: a *GTV TV A Crítica*, afiliada *Rede Record* e a *RTV RedeTV! Manaus*, além de sete retransmissoras no interior do estado. Possui, também em Manaus, duas emissoras de rádio: *Jovem Pan FM Manaus* e *A Crítica FM*. A *TV A Crítica* sucede a *TV Baré*, fundada em 1968 e que, de 1971 a 1980, foi afiliada à rede *Tupí* e, de 1981 a 2007, ao *SBT*. Em 2007 passou a transmitir a rede *Record*. Em 1986, a razão social da emissora foi alterada para *TV A Crítica* e, no ano seguinte, a FM do grupo entrou em funcionamento.

Em relação ao mercado de Belém, o de Manaus se apresenta de forma mais profissional e menos imiscuído nas relações políticas locais. Da mesma forma, é menos fechado e mais representativo da região Norte. A própria dimensão regional da *Rede Amazônica* exige uma postura mais equilibrada no trato com a informação. Isso não significa, naturalmente, que se tratem de empresas com total isenção em relação à apuração do fato jornalístico, mesmo porque reproduzem, desde sua origem, uma proximidade ideológica com o regime militar, no qual se desenvolveram, e com a *Rede Globo de Televisão*.

Além dos dois grupos paraenses e dos dois amazonenses, há um quinto grupo de dimensão econômica e política expressiva da região, as *Organizações Jaime Câmara (OJC)*, sediadas no estado do Tocantins. Por suas origens – considerando que a área desse estado, antes de ser criado, integrava a região Centro Oeste – guarda uma proximidade maior com Goiás e o Centro Oeste de que com a Amazônia.

A OJC foi fundada em 1935 como papelaria e tipografia, em Goiânia. Em 1938, lançou o jornal *Popular*. Em 1954, inaugurou a rádio Anhanguera e, em 1963, a TV Anhanguera de Goiânia. O grupo possui 24 concessões nos estados do TO, GO e DF, nove das quais no TO. Nesse estado, o grupo possui três geradoras, em três diferentes cidades: Palmas, Gurupí e Araguaína. Também têm, no estado, três FMs, um jornal em Palmas, uma OT e uma OM. Todas as emissoras radiofônicas do Tocantins levam o nome de *Rádio Araguaia*. As geradoras de TV recebem a denominação de *TV Anhanguera*, no que são acompanhadas pelas 65 retransmissoras do grupo, somente no Tocantins, todas elas repetindo o sinal da *Globo*. Trata-se de um grupo com grande poder econômico e que, ao contrário da situação percebida no Pará e no Amazonas, não enfrenta problemas maiores de concorrência empresarial.

Os grupos médios de comunicação

O que caracteriza o que classificamos como grupo médio de comunicação é o fato de ter expressão política e econômica em escala mesorregional, embora possa ter, conjuntamente, peso político e/ou atuação de impacto econômico sobre a economia do estado.

Algumas vezes, são grupos localizados em capitais de estado e, por isso, quando associados a uma expressão econômica ou política maior, tendem a ganhar um peso regional. É o caso do grupo *Raman Neves*, de Manaus. A maioria deles, porém, conforma expressões locais, de influência maior sobre um bloco de municípios. Outros, apesar de possuírem uma variedade grande de empresas, como no caso do grupo *Beija Flor*, do Amapá, e, além disso, se associarem a interesses políticos locais (o grupo pertence ao senador Gilvan Borges, daquele estado), possui um dinamismo financeiro menor, em relação a outras empresas, em função das condições econômicas gerais de seu estado.

Dentre esses grupos, identificamos cinco no PA, quatro no AM, três no AP, três em RO, dois no AC, dois em RR e dois no TO.

Grupos médios de comunicação no estado do Pará

Os cinco grupos médios paraenses que merecem destaque são o *Tapajós*, *Ponta Negra*, *Rede de Comunicação Regional (RCR)*, *Floresta* e *Marajoara*.

A *TV Tapajós*, fundada em 1979 em Santarém e de propriedade do empresário Joaquim da Costa Pereira, repete a *Rede Globo* para a região do Baixo Amazonas desde sua fundação. O grupo possui também a *FM 94*, inaugurada em 1980. A televisão alcança cerca 13 municípios próximos. Com a morte de seu fundador, em 2010, e com a consequente abertura de seu inventário, já em 2011, confirmou-se o que era suspeita de muitos: que o ex-governador Jäder Barbalho possui parte da sociedade.

Também em Santarém, Pará, está sediado o grupo *Ponta Negra*, criado em 1987 quando o empresário

Nivaldo Pereira adquiriu a rádio *Planície*, anteriormente denominada *Rádio Clube de Santarém*, uma emissora tradicional, fundada em 1948. No ano seguinte, o grupo adotou o nome atual, juntamente com a entrada em funcionamento a *TV Ponta Negra*, afiliada ao *SBT*. O revés de um incêndio, em 1994, apenas adiou o programa de expansão do grupo para 1998, quando o sinal passou a ser lançado para outros municípios do Baixo Amazonas, alcançando Mojuí dos Campos, Jurutí, Terra Santa, Oriximiná, Monte Alegre, Óbidos e Alenquer.

O *Sistema Floresta de Comunicação*, por sua vez, foi criado em 1982 e tem sede em Tucuruí, sendo afiliado ao *SBT* desde o primeiro momento. O grupo constitui, na verdade, a união de duas empresas, o *Sistema Floresta* propriamente dito, que possui cinco retransmissoras nas regiões paraenses do Lago de Tucuruí e do Baixo Tocantins e a *Rede de Televisão Paraense (RTP)*, um conjunto de 12 retransmissoras instaladas no nordeste do Pará. O grupo também possui a *Floresta AM*, a *Floresta FM*, ambas em Tucuruí, uma produtora de audiovisual e uma gráfica.

Com sede em Marabá está a *Rede de Comunicação Regional (RCR)*, afiliada a várias diferentes redes nacionais e que atua na regiões sudeste e sul do estado e, ainda, o grupo *Marajoara*, pertencente ao empresário e ex-governador do estado Carlos Santos, que possui uma retransmissora de TV UHF em Ananindeua, na região metropolitana de Belém e três rádios de grande penetração, localizadas em Belém; Soure, no Marajó; e Alenquer, no Baixo Amazonas.

Grupos médios de comunicação no estado do Amazonas

No Amazonas tem-se destacado, por seu dinamismo, o *Grupo Raman Neves*, presidido pelo empresário Otávio Raman Neves. Foi criado em 2007, com a aquisição do *Jornal Amazonas Em Tempo* e de 60% da antiga *TV Manaus*, rebatizada *TV Em Tempo* e afiliada ao *SBT*. O grupo criou, em seguida, o jornal em formato tabloide *A Tarde* e recebeu a concessão da rádio *Transamérica Hits Manaus*.

A *TV Manaus* fora fundada pela Família Hauache¹⁷ em 1992, como afiliada à *Rede Record*. Foi extinta em 2007. Ao venderem o controle da sua geradora de TV para

¹⁷ Os Hauache implantaram em 1965 um sistema de TV a cabo privado, quase familiar, denominado TV Manauara. Em 1969, obtiveram a concessão da TV Ajuricaba, afiliando-a à Rede Globo entre os anos de 1974 a 1986.

Raman Neves, mantiveram, no entanto, sua extensa rede de emissoras no interior do Amazonas, reunidas na empresa *Cegrasa*. Ainda no Amazonas, há o grupo *Alvorada*, que possui um jornal e três rádios (OT, FM e OM), todos no município de Parintins; o grupo *Francisco Garcia*, que possui uma geradora de TV em Manaus, afiliada à *Band* e a empresa *Dissica*, que possui uma rádio FM em Manaus.

Grupos médios de comunicação no estado de Rondônia

Rondônia possui uma cena de comunicação midiática bastante complexa e disputada. O predomínio da *Rede Amazônica* no estado, repetindo a *Globo*, se dá no plano comercial, e a rede procura, na medida do possível, manter-se apartada das disputas políticas locais, que envolvem os outros grupos: o *Sistema Gurgacz de Comunicação (SGC)*, o *Sistema Meridional de Comunicação (SMC)* e o *Sistema Imagem de Comunicação (SIC)*.

O grupo *Meridional* tem sede em Porto Velho, onde possui uma geradora e uma repetidora de TV, a primeira delas afiliada à *Band*. O grupo também possui cinco FMs, situadas em diferentes municípios do estado e 23 retransmissoras, das quais 11 repetem a *Band*, nove o *SBT* e três a *RedeTv!*

Seu principal concorrente é o grupo *Gurgacz*, também conhecido, popularmente, como *Grupo Cascavel*, em referência à cidade paranaense de onde provém a família de seus proprietários, nome também de sua primeira empresa. A base econômica da família, no entanto, não está no setor da comunicação, mas sim no do transporte rodoviário e urbano, por meio de uma empresa que atua em vários estados brasileiros e em outros países da América Latina. O poder do grupo, em Rondônia, deriva do fato de que essa empresa, inicialmente denominada *União Cascavel*, foi a primeira a fazer a ligação rodoviária entre Rondônia e o Paraná, no começo dos anos 1970, momento de ocupação territorial e econômica do estado pelo regime militar brasileiro. A empresa transferiu sua sede para Rondônia e expandiu suas atividades para diversos setores, como a mineração, a pecuária, a educação e a comunicação. O filho do fundador do grupo, Acir Gurgacz, foi eleito prefeito de Ji-Paraná em 2000. Em 2007, foi diplomado senador, sucedendo a Expedito Júnior, o vencedor das eleições, cassado por crime eleitoral. No entanto, o próprio Gurgacz teve seus direitos políticos cassados, pela Justiça Eleitoral estadual, por usar seu jornal para promover sua própria campanha.

A comunicação acaba sendo o braço político do grupo. Seu carro-chefe é o jornal *Diário da Amazônia*, impresso em Porto Velho, mas que tem boa distribuição pelo estado. O *Sistema Gurgacz* conta ainda com uma geradora de TV em Porto Velho e 12 retransmissoras, das quais 11 repetem a *RedeTV!* e uma a *Band*, com a rádio *Alvorada AM* em Ji-Paraná, uma operadora de TV por assinatura, em Porto Velho e uma operadora MDS em Minas Gerais. O grupo expandiu consideravelmente em 2006, ao adquirir as retransmissoras que pertenciam aos concorrentes *TV Allamanda*.

A disputa do *SGC* no plano político se dá contra nomes de peso, que ocupam os principais cargos do executivo e do legislativo estadual – Valdir Raupp, Ivo Cassol e Expedito Júnior –, os quais, no entanto, possuem uma estrutura de comunicação precária, composta pelo diário *Folha de Rondônia* e por acordos eventuais com o *SMC* e com o *SIC*.

Este último, por sua vez, é um grupo estabelecido em 1983, como agência de publicidade, pelos irmãos Everton e Elton Leoni e que, em 1991, ganhou sua primeira concessão de televisão. Seu principal veículo é a *TV Candelária*, de Porto Velho, afiliada à *Rede Record*, mas o grupo também conta com um canal UHF, na mesma cidade, que repete a *Record News*, nove retransmissoras no estado, duas FMs também na capital.

Grupos médios de comunicação no estado do Acre

No Acre são dois os grupos pertencentes à categoria. O primeiro deles, afiliado à *Band*, é a *Rádio e Televisão Norte*, que possui uma geradora em Rio Branco e sete retransmissoras. O segundo, a *Sociedade Acreana de Comunicação Fronteira*, possui o jornal *O Rio Branco*, criado em 1969 e a *TV Rio Branco*, fundada em 1989, ambos na capital do estado, a emissora repetindo o sinal do *SBT*. O jornal tem suas origens nos *Diários Associados* – com efeito, foi com sua criação que se completou o chamado *Mapa Associado do Brasil*, a presença da empresa em todas as capitais brasileiras – e possui um capital simbólico grande, no estado, porque foi seu primeiro jornal diário. Atualmente, concorre com três outros diários: *A Gazeta*, *A Tribuna* e *Página 20*. Em meados dos anos 1980, foi adquirido pelo empresário Narciso Mendes, que, em seguida, obteve a concessão do canal de TV.

Grupos médios de comunicação no estado do Tocantins

No Tocantins, os grupos que pertencem a essa categoria são dois: o grupo *Boa Sorte* e o grupo *Siqueira Campos*. O primeiro deles tem uma geradora de TV em Araguaína e duas OMs na região, uma delas em Almeirim, no Pará, e outra no interior do estado. Além disso, também possui uma terceira OM, em Goiás. Essas emissoras compõem a *Rede Brasil Norte de Comunicação (RBN)* e retransmitem o *SBT*. O grupo também possui sete retransmissoras de TV, todas no Tocantins, e nove FMs – das quais quatro no interior do PA, quatro no TO e uma no MT.

O grupo *Boa Sorte* foi criado em 1967 e tem sua sede no município de Araguaína. A família proprietária, os Ferreira – ou Boa Sorte, como também são conhecidos – atua ainda em vários outros campos de negócios, como a construção civil, a agropecuária e a frigorífica, possuindo, portanto, expressivo poder econômico.

O grupo *Siqueira Campos*, oficialmente *Sistema de Comunicação do Tocantins*, possui um jornal, duas FMs e duas OTs. O jornal, uma FM e uma OT estão em Palmas. As outras duas emissoras localizam-se no interior do estado. O grupo, retransmitindo a *Band*, ainda possui nove retransmissoras de TV. O jornal, denominado *Folha Popular*, é um semanário editado, na verdade, em Goiânia, onde também é distribuído, no que reproduz a tendência das *Organizações Jaime Câmara* de ser um órgão de comunicação distanciado do espaço amazônico.

Grupos médios de comunicação no estado do Amapá

No Amapá, o grupo *Beija Flor* possui uma geradora de TV em Macapá, afiliada à *RedeTV!*, duas OMs e duas FMs, todas as quatro no interior. O grupo possui apenas uma retransmissora TV, mas forma um *link* com outras estações de rádio e TV para a exibição do seu noticiário, *O Estado É Notícia*, transmitido simultaneamente em rede de TV e de rádio e que alcança quase 100% no território estadual. O proprietário do grupo é o ex-senador Gilvan Borges, do PMDB. Aliado de José Sarney, é considerado, no Amapá, um “marajá das comunicações”. De fato, o Ministério das Comunicações registra, em seu nome, 152 solicitações de concessão de canais de rádio e televisão, dos quais 104 no Pará, 34 no Tocantins, oito no Amapá, seis no Maranhão.

Grupos médios de comunicação no estado de Roraima

Em Roraima há a *Rede Tropical de Comunicação*, fundada em 1988, de propriedade do deputado federal Luciano Castro (PL) e do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB), afiliada ao SBT. O grupo também possui três FMs em Boa Vista e outra em Caracarái.

As redes religiosas de comunicação na Amazônia

Redes religiosas nacionais com atuação na Amazônia

Um terceiro bloco de empresas de comunicação pode ser formado quando reunimos as organizações religiosas. O espaço amazônico reproduz o fenômeno percebido em todo o território brasileiro, referente à ocupação ideológica e empresarial de parte substancial do espectro midiático por essas organizações. Algumas delas têm abrangência nacional; outras, uma abrangência regional e algumas, ainda, apenas uma participação localizada, restrita a grupos de poucos municípios contíguos e/ou próximos entre si, numa variação desse modelo, estando presentes em pontos dispersos da região, conforme lhes seja possível adquirir empresas e/ou receber concessões.

Dentre as organizações religiosas nacionais com atuação na Amazônia, tem-se a Rede Record, vinculada à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que, além de sua própria rede de geradoras, retransmissoras e rádios, possui extensa rede de grupos afiliados; o grupo *RR Soares*, vinculado à Igreja Internacional da Graça de Deus; a *Rede Canção Nova*, pertencente à Fundação João Paulo II e a rede da Legião da Boa Vontade.

A *Rede Record* possui uma geradora em Belém, com importante estrutura de jornalismo, e outra em Macapá, as quais fazem *link* com as 287 estações afiliadas ou próprias, espalhadas pelo país.

O grupo *RR Soares* pertence ao pastor Romildo Ribeiro Soares, o criador da Igreja Internacional da Graça de Deus, surgida em 1980, no Rio de Janeiro, e que hoje se espalha por mais de dois mil pontos no país. A Igreja

possui vários horários alugados a outras redes de televisão, notadamente a *Band* e a *CNT*, que veiculam o programa *Show da Fé*, seu carro-chefe, apresentado pelo próprio pastor. Interessante observar que o pastor Romildo Soares é casado com a irmã do atual mandatário da Igreja Universal do Reino de Deus – e, portanto, da *Rede Record* –, o bispo Edir Macedo.

R.R. Soares possui, na verdade, um império de comunicações, que inclui as empresas *Superior Technologies in Broadcasting (STB)*, *Rede Internacional de Televisão*, *Nossa Rádio*, *Nossa TV* (TV por assinatura pelo sistema DTH, pela Banda Ku), *Graça Artes Gráficas e Editora Ltda.*, a gravadora gospel *Graça Music*, a editora *Graça Editorial* e a produtora audiovisual *Graça Filmes*.

A Legião da Boa Vontade (LBV) possui apenas 13 veículos em todo o Brasil, dos quais um, somente, está na Amazônia – uma rádio OM no interior do Amazonas. Por fim, há a Fundação João Paulo II, que controla a *Rede Canção Nova*. O grupo tem 10 veículos, um dos quais na região – uma rádio OM em Palmas. Esse grupo, porém, ainda possui três retransmissoras de televisão no Tocantins e outras três no Amazonas.

Redes religiosas regionais com atuação na Amazônia

A variação amazônica desse processo de expansão das organizações religiosas no campo da comunicação, particularmente da radiodifusão, consiste na presença dos grupos locais, amazônicos, na conformação de redes. Há duas extensas redes regionais. A primeira delas é a *Rede Nazaré*, pertencente à Arquidiocese de Belém, que possui uma geradora de TV e uma FM, ambas sediadas em Belém, mas que formou uma expressiva rede de retransmissoras de seu sinal, uma rede que soma 79 estações, sendo 42 no PA, 10 no AM, nove no MT, seis no MA, quatro no AP, quatro em RO, quatro no TO, uma no AC e, ainda, uma no PI.

A outra rede religiosa regional é o grupo *Boas Novas*, ligado à Igreja Assembleia de Deus, sediada em Belém, mas que montou sua televisão em Manaus, onde possui uma geradora. A Fundação Evangélica Boas Novas, que administra a rede, é de propriedade da família Câmara em parceria com a igreja. O pastor Samuel Câmara é a principal liderança dessa igreja, possuindo grande influência política em toda a região. A rede possui, além da geradora em Manaus, uma outra em Porto

Velho e três emissoras de rádio OMs, sendo duas nessas mesmas cidades e a terceira em Belém e, ainda, quatro FMs, localizadas em Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco (e uma quinta FM no estado do RJ). A rede possui somente quatro retransmissoras próprias, localizadas, cada uma delas, no AC, RR, AP e TO, mas expande seu sinal por meio da *Central de Emissões, Gravações e Repetidoras Ajuricaba S.A.*, sucessora da *Cegrasa S.A.*, pertencente à família Hauache – a mesma que é detentora de 40% de participação na *TV Em Tempo*, do Amazonas, uma rede com 88 retransmissoras no estado.

Um terceiro grupo regional ligado a uma organização religiosa, no caso à Igreja Católica, é a *Fundação Educadora de Comunicação (FEC)* sediada em Bragança, interior do Pará e sob controle da Prelazia de Bragança. A *FEC* possui três emissoras de rádio, sendo uma OT, uma OM e outra FM, todas elas situadas em Bragança, e, ainda nessa cidade, uma retransmissora de televisão, que repete o sinal da *Rede Vida*.

No Acre, há a *Fundação Verdes Florestas*, ligada à Igreja Católica, que possui uma OT e uma OM, ambas em Cruzeiro do Sul, mas que também obteve a concessão de exploração de uma FM em Macapá. A diocese de Rio Branco, porém, além da Fundação, administra três canais de TV, as retransmissoras da *Rede Vida*, da *Rede Canção Nova* e a *TV Século 21*.

As redes públicas, estatais e educativas de comunicação na Amazônia

O quarto grupo reúne as empresas, fundações e autarquias públicas, inclusive aquelas que possuem uma dinâmica estritamente estatal no trato que dão à informação.

A participação mais efetiva do poder público nas comunicações amazônicas se dá por meio da *Empresa Brasileira de Comunicação (EBC)*, empresa pública que encampou a antiga *Radiobrás* e que possui 15 concessões de televisão na região, sendo sete no AM, duas no AP, duas em RR, duas no AC e duas em RO. A empresa também possui 14 FMs na região, sendo sete no AM, sete no AC, sete no AP, duas em RO e uma em RR. E também possui emissoras OC, sendo sete no AM, duas no AP, duas em RO, duas em RR e duas no AC. Dentre as OTs do grupo inclui-se, ainda, a *Rádio Nacional da Amazônia*, sediada em Brasília, mas que transmite para toda a região, desde

1977, por meio de 15 estações, sendo sete no AM, duas no AP, duas no AC, duas em RO e duas em RR. Ela alcança, na prática, mais da metade do território brasileiro e, potencialmente, pode ser ouvida por 60 milhões de pessoas.

A *Radiobrás* foi uma empresa pública federal criada em 1975 para gerir de maneira centralizada todas as emissoras de rádio e televisão da União. Em 1988, foi fundida à *Empresa Brasileira de Notícias (EBN)*, sucessora da antiga *Agência Nacional*, e teve sua denominação alterada para *Empresa Brasileira de Comunicação*.

A *EBC* tem outra rede de comunicação na Amazônia, a *Rádio Nacional do Alto Solimões*, criada em 2006 e transmitida em OM e FM para os nove municípios dessa mesorregião do estado do Amazonas e cujo sinal é alcançado também na Colômbia e no Peru – ou seja, na chamada tríplice fronteira.

O Governo do Pará, por meio da sua *Fundação de Telecomunicações (Funtelpa)*, possui um geradora em Belém, uma emissora FM e outra OT, que, com suas 79 retransmissoras – cuja cessão para o grupo privado *ORM* comentamos acima – compõem a *Rede Cultura de Comunicação*.

Os sistemas de comunicação estaduais do Acre, de Rondônia, Tocantins e de Roraima são também importantes. O Acre, por meio da *Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansur*, possui um sistema com uma TV (denominada Aldeia), seis FMs, quatro OM e uma OT. Ainda possui 10 retransmissoras. O governo de Rondônia possui 52 retransmissoras de TV, todas repetindo a *EBC*. Roraima, por sua vez, possui 10 retransmissoras. A emissora pública do Tocantins é gerida pela Fundação Universidade de Tocantins – *Instituto de Radiodifusão Educativa*. Ela possui uma FM em Palmas. Possui 34 retransmissoras de TV, das quais 31 repetem a *Fundação* e três repetem a *RedeTV!*

O Amazonas, enfim, tem um sistema fraco, composto por uma geradora de TV e duas retransmissoras em Itacoatiara e em Manacapuru que, por falta de condições técnicas, não repetem a sua programação, mas sim, diretamente, a da *Rede Brasil*. A rede também possui duas emissoras de rádio, uma OM e outra OT. Seu sistema, embora criado em 1968 e em operações desde 1971, recebeu, historicamente, pouco investimento do governo estadual. As emissoras são administradas pela *Fundação Rádio e Televisão Cultura do Amazonas (Funtec)*. A estação foi chamada de *TVE* até 1995, quando passou a se chamar *TV Cultura*.

Enfim, há que se considerar, ainda, nesse cenário, a presença das concessões televisivas feitas diretamente aos municípios. No Pará e no Tocantins há um fenômeno de multiplicação dos canais cedidos a prefeituras. No PA,

são 49 concessões a 32 municípios. Aparentemente há uma duplicidade de processos, a qual ainda não podemos confirmar, que explica essa disparidade. No Tocantins são 10 concessões a 10 municípios. Em outros estados, esse número é bem menor: quatro no Acre, três em Roraima, uma em Rondônia e uma no Amapá. Essas emissoras não possuem, em geral, programação própria, funcionando como simples repetidoras das grandes redes de TV que ainda não chegaram a esses municípios.

Ainda referimos um caso raro, de presença de uma retransmissora pública pertence a um estado não amazônico e sequer fronteiriço, no espaço regional: o da *Fundação de Teleeducação do Estado do Ceará (Funtelc)*, ligada ao governo desse estado, que possui uma retransmissora no PA.

Organizações de radiodifusão comunitária e de comunicação popular

O quarto bloco reúne as emissoras de baixa frequência, as rádios comunitárias e os demais veículos de comunicação popular. O conceito é amplo e complexo, e merecerá, no tempo hábil, uma análise específica, capaz de compreender a toda a sua extensão e variedade, já que a noção de comunicação popular envolve formas de comunicação que alguns não considerariam como midiáticas e, necessariamente, um espectro mais amplo que aquele abarcado pelo referencial legal vigente.

Em primeiro lugar, é necessário compreender que a luta pela comunicação popular e comunitária é uma batalha de poder contra a qual, historicamente, se contrapôs o próprio Ministério das Comunicações, encarregado da abertura dos processos licitatórios de concessão desses serviços, bem como a Anatel, braço de fiscalização e de repressão do Governo Federal – e dos governos Estaduais, por meio do jogo político de suas representações regionais.

No Pará, há 46 emissoras comunitárias, um número excessivamente pequeno, quando se compara ao número de municípios do estado, que é de 144. O princípio da comunicação comunitária prevê que cada município possua ao menos uma emissora dessa natureza.

Os demais estados são, proporcionalmente, melhor aquinhoados. O Amazonas tem 28; Rondônia, 20; o Tocantins, 12; o Amapá, cinco; Acre e Roraima possuem três radcoms cada um.

Não contabilizaremos com precisão, mesmo por ser uma tarefa quase impossível, o grande número de emissoras de baixa frequência que não possuem autorização de operação, mas elas têm um papel destacado no processo de comunicação local e, no seu conjunto, compõem um mosaico social diverso de grande expressão política. Somente no estado do Pará, por exemplo, onde é imensa a pressão dos movimentos sociais e igualmente imensa a lacuna de processos de regularização e de concessão, contava-se, no ano de 2009, 54 emissoras não-legalizadas, atuando clandestinamente. Bem mais da metade delas, no entanto, não fazia parte do espectro que podemos chamar, efetivamente, de comunicação popular, porque seu vínculo com políticos e/ou empresários locais, com atuação no estrito âmbito municipal, era evidente.

As empresas de comunicação de expressão política e econômica locais

Há, enfim, o sexto bloco de veículos de comunicação, no qual reunimos todos aqueles, dentre veículos impressos e de radiodifusão, que se constituem como pequenas e médias empresas, em geral de ação localizada a uma determinado espaço, território ou segmento populacional.

Alguns desses veículos possuem uma proeminência política, pois pertencem a políticos, a seus familiares ou a empresas com atuação destacada em algum outro setor produtivo, condições que produzem certa magnitude de poder, capaz de influenciar nas dinâmicas maiores da região. É o caso, por exemplo, da *Rede Marco Zero de Comunicação*, do Amapá, afiliada à *Rede Record* e que é de propriedade de três deputados estaduais ligados ao PSDB e ao DEM: Jorge Amanajás, Dalto Martins e Edinho Duarte. Embora seja uma empresa com capacidade de emissão reduzida, tem significativa influência sobre a política estadual, sobretudo nos momentos eleitorais.

Outros, conformam certo poder político e/ou econômico em função de sua capacidade de afiliarem-se a redes estaduais ou nacionais. Há ainda alguns grupos de comunicação sediados em estados brasileiros não amazônicos que possuem uma estrutura própria de retransmissão na região. É o caso, por exemplo, das empresas da família Monteiro de Barros, a *Televisão Independente de São José do Rio Preto*, que possui 38 retransmissoras de TV na região,

sendo 12 delas no PA, 12 no AM, seis no TO, três em RO, três no AC, uma em RR e uma no AP – quase todas alugadas para a organização religiosa *Rede Viva*.

Também é preciso considerar a existência dos chamados sistemas sonoros em inúmeras cidades amazônicas. São as “rádio-postes”, também conhecidas como “bocas-de-ferro”, sistemas de fonia por cabo – e, em alguns casos, por rádio – que transmitem uma programação que alterna música com publicidade comercial e, algumas vezes, comentários, rezas e preleções morais. Esses sistemas se assemelham mais a microempresas de comunicação, embora gostem de se autodefinir, algumas vezes, como “comunicação popular”.

Por fim, os jornais e revistas locais, que são inúmeros, sobretudo no estado do Pará. Vários possuem circulação irregular, mas têm um papel econômico e político local. São também microempresas, com um impacto reduzido que pode, no entanto, ser potencializado quando acumulam capital comunicacional por meio da estratégia de atuarem conjuntamente, ou melhor, sistemicamente, com outros grupos.

Síntese conclusiva

O sistema de comunicação midiática presente no espaço amazônico, mesmo com suas fissuras internas, com as disrupturas provocadas pela diversidade social e econômica encontrada na região, com a diferença de escalonamento entre seus subsistemas, campos e práticas de reprodução social e, ainda, mesmo com a disputa empresarial entre os grupos, empresas e organizações que o compõem, apresenta algumas características de permanência, de continuidade, que podem ser percebidas em suas estratégias de reprodução.

O fato essencial que, a nosso ver, demarca essas estratégias, é a contraposição da tendência à homogeneização social e cultural que está na raiz da comunicação massiva por uma normalização contra-hegemônica regional. Não que os subsistemas observados tenham consciência desse processo, não que haja um compromisso de luta contra-hegemônica entre eles e não que um *ethos* propriamente amazônico faça parte do horizonte desse processo. Nada disso é plausível na experiência concreta dos sistemas de comunicação amazônicos, mas é possível perceber uma contraposição de natureza econômica movendo o sistema observado no rumo contrário ao da padronização e uniformização presentes no processo de globalização.

Trata-se, com efeito, do mesmo fenômeno observado por Robertson (2000). Esse autor discute o paradoxo, observável em quase todas as sociedades contemporâneas, mas principalmente nas sociedades periféricas, de como o espectro cultural e midiático ganha *status*, em dimensão local, numa oposição crescente às dinâmicas de globalização presentes na economia da mídia e da cultura. Um processo que, na verdade, decorre da reivindicação das comunidades e sociedades mais próximas à fonte emissora, por uma comunicação que seja própria, que diga respeito a objetos de seu interesse imediato, que lhe retrate e que reproduza sistemas culturais que lhes sejam mais compreensíveis e simbólicos.

A economia da comunicação passa, efetivamente, por essa zona de tensão entre o global e o local e podemos dizer, tendo em vista as dinâmicas tomadas por ela no espaço amazônico, que é por meio dessa tensão que ela produz sua realidade sistêmica.

A questão dos sistemas de comunicação pode ser colocada pela via da economia política. Segundo McQuail (1994), a “economia política” é um velho rótulo que renova o foco da “teoria crítica” sobre a “relação entre a estrutura econômica, a dinâmica das indústrias midiáticas e o conteúdo ideológico da mídia” (p.82). Marques de Melo, referindo esse autor, relaciona quais seriam os pressupostos dessa abordagem: as ideias de que a lógica e o controle econômico são determinantes do processo; a estrutura midiática deriva para a concentração; a integração global constitui um imperativo midiático; os conteúdos e as audiências assumem perfis mercadológicos; a diversidade fica reduzida; as vozes alternativas e opositoras tendem à marginalidade; o interesse público na comunicação passa a subordinar-se aos interesses privados (Marques de Melo 2009, p. 24).

Porém, essa lógica, tributária de um cânone marxista ortodoxo, passa a ser relativizada mais contemporaneamente. Dallas Smythe (1981) é o autor central desse esforço de relativização, com sua crítica ao modelo ortodoxo e sua proposta de alcançar um equilíbrio entre tradição e mudança. A tarefa é levada à cabo por Meehan *et al.*, (1993) no seu esforço por acrescentar, à perspectiva da economia política, a história, a totalidade social, a filosofia moral e a práxis, e por Mosco (1996), quando define a economia política da comunicação como “*the study of social relations, particularly the power relations, that mutually constitute the production, distribution and consumption of resources*” (p. 25).

No Brasil, é paradigmático o trabalho de Bolaño (2000; 2008) na tarefa de explicitar uma taxonomia das

indústrias culturais e de sistematizar o modelo analítico de uma economia política da comunicação e da cultura.

Esse tipo de estudo, segundo esse autor, tem como objetivo “*identificar a trama de problemas e teorias com as quais se concebem as realidades persistentes do novo entorno informativo*” (Bolaño *et al.*, 2005, p. 25) e seria realizado por meio de uma “*análise genealógica de reconstrução histórica que faça compreensível as contraditórias condições sociais, acadêmicas e político-culturais que determinam o alcance do pensamento emancipador em comunicação*” (Bolaño *et al.*, 2005, p. 27).

O horizonte da interpretação iniciada com este artigo pensa a economia política da comunicação como uma dinâmica cuja principal materialização conflitual contemporânea é a relação entre os sistemas-mundo, os sistema-nacionais e os sistemas-regionais/locais. Trata-se de uma reflexão que, de certa maneira, atualiza (e avança) o debate dos anos 1960-70-80 sobre a indústria cultural e o “imperialismo” dos meios de comunicação de massa.

Há um bloco importante de autores, atualmente, se dedicando a fazer essa passagem e a compreender essa questão. Dentre eles estão Armand Mattelart (2002) e Anabelle Sreberny-Mohammadi (1995). O processo de concentração e internacionalização da mídia, especificamente, é analisado por Sanchez-Tabernero (1993). Por sua vez, os processos antípodos de globalização e regionalização da comunicação são tematizados por Thompson (1998) e Robertson (2000). Thompson observa as dinâmicas de globalização da mídia. Robertson, por sua vez, aborda a dinâmica de contraposição da globalização e de toda forma de homogeneização da cultura e da comunicação.

Essa percepção demanda, no entanto, uma palavra sobre a transposição do paradigma ético-filosófico, presente na Teoria Crítica, por uma abordagem mais socioeconômica, dentro, ainda, do mesmo campo teórico. É que a análise das lógicas dos sistemas e grupos de comunicação se enquadra na perspectiva crítica dos estudos das indústrias culturais, por meio da qual se compreende que a comunicação e a cultura estão vinculadas às mesmas regras básicas da economia capitalista (Fadul e Rebouças, 2005), proposição que não perde a atualidade mesmo diante da situação de complexidade da sociedade atual e da sensibilização das leituras mais econômicas dos processos de poder ligados à comunicação pelas dinâmicas intersubjetivas e culturais, presentes no mesmo processo.

Nesse sentido é que procuramos pensar em uma economia política da comunicação, no espaço amazônico, que contenha elementos para a superação de uma

abordagem, por assim dizer, economicista, do processo. A primeira etapa dessa empreitada constitui o mapeamento aqui delineado.

Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (Anatel). 2011. *Plano Básico de Comunicação*. Disponível em: <http://sistemas.anatel.gov.br/siscom//ConsPlanoBasico/ListaArquivos.asp?SISQSmodulo=1461>. Acessado em: 10/02/2011.
- BOLAÑO, C.R.S. 2000. *Indústria Cultural, Informação e Capitalismo*. São Paulo, Hucitec/Polis, 282 p.
- BOLAÑO, C. 2008. *Comunicação, educação, economia e sociedade no Brasil: desenvolvimento histórico, estrutura atual e desafios do século XXI*. São Cristóvão, UFS, 257 p.
- BOLAÑO, C.; MASTRINI, G.; SIERRA, F. 2005. *Economía Política, Comunicación y conocimiento*. Buenos Aires, La Crujía, 432 p.
- FADUL, A.; REBOUÇAS, E. 2005. Por uma perspectiva metodológica para os estudos dos sistemas e grupos de mídia: o caso do Nordeste brasileiro como referência. In: Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, V, Rio de Janeiro, 2005. *Anais...* Rio de Janeiro, Intercom, 05-09 Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/52684459906750557397940357827460273097.pdf>. Acessado em: 14/02/2011.
- MARQUES DE MELO, J. 2009. Economia Política da Comunicação no Brasil de 1923-2008 - Precursores, pioneiros, baluartes e vanguardistas. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 32(1):15-31.
- MATTELART, A. 2002. *A globalização da comunicação*. Bauru, Edusc, 191 p.
- McQUAIL, D. 1994. *Mass communication theory*. London, Sage, 416 p.
- MEEHAN, E.; MOSCO, V.; WASKO, J. 1993. Rethinking Political Economy: Change and Continuity. In: LEVY; GUREVICH (eds.). *Defining media studies*. New York, Oxford. p. 348-349.
- MOSCO, V. 1996. *The political economy of communication: rethinking and renewal*. Londres, Sage, 264 p.
- ROBERTSON, R. 2000. Globalização: tempo-espaço e homogeneidade - heterogeneidade. In: R. ROBERTSON. *Globalização: teoria social e cultura global*. Petrópolis, Vozes, p. 246-268.
- SÁNCHEZ-TABERNERO, A. 1993. *Razones para la concentración, diversificación e internacionalización de los medios de comunicación. Concentración de la comunicación europea*. Barcelona, centre d'Investigación de la Comunicación, 174 p.
- SMYTHE, D.W. 1981. Communications: Blindspot of Economics. In: W.H. MELODY, L. SALTER, P. HEYER (Eds.). *Culture, Communication and Dependency: The Tradition of H.A. Innis*. Norwood, NJ, Ablex, 264 p.
- SREBERNY-MOHAMMADI, A. 1995. The global and the local in the international communications. In: J. CURRAN; M. GUREVITCH. *Mass media and society*, 2.ed. Londres, Arnold, p. 177-203.
- THOMPSON, J. 1998. A globalização da comunicação. In: J. THOMPSON. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, Vozes, p. 135-159.

Submetido: 01/02/2012

Aceito: 31/03/2012